

Factos relevantes ocorridos no 3.º Trimestre de 2023

- **Processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental (HLO):** Continuou em curso a fase pós-adjudicatória do procedimento de contratação da parceria referente ao projeto do HLO.
- **Constituição de comissão de negociação pelo Despacho n.º 9445/2023, de 29 de agosto:** Foi designada a comissão de negociação relativa ao contrato de concessão Douro Litoral celebrado, em 28 de dezembro de 2007, com concessionária (AEDL), tendo em vista a renegociação dos aspetos contratuais decorrentes do novo contrato de operação e manutenção, que sejam relevantes à salvaguarda da posição do Estado.
- **Dispensa de comissão de negociação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2023, de 25 de agosto:** Foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros mediante a qual foi dispensada a constituição de comissão de negociação para efeitos da alteração do Contrato de Subconcessão celebrado entre a IP e a RAL - Rotas do Algarve, S. A, a 20 de abril de 2009, relativamente à supressão, do respetivo objeto, do lanço EN 125 - Variante de Olhão, com a extensão aproximada de 5,5 quilómetros, sendo a IP incumbida de promover o acordo com a concessionária.

Resolução de Litígios (Destaque):

- ❖ **Lusoponte:** A concessionária intentou ação de anulação do acórdão arbitral que absolveu o Estado no litígio respeitante ao indeferimento pelo Estado de um pedido da Lusoponte de aprovação de uma operação de refinanciamento;
- ❖ **Concessão Rodoviária do Algarve:** No âmbito da ação arbitral intentada pela demandante AAVI contra o Estado, na qual se discute a interpretação de cláusula contratual sobre os benefícios a partilhar, foi proferido acórdão que condena o Estado ao pagamento do pedido da demandante, no valor de 8,5 milhões de euros acrescido de juros vincendos até integral pagamento;
- ❖ **Concessão Rodoviária do Norte Litoral:** Após o decurso da ação arbitral intentada pela concessionária contra o Estado, na qual se discute a interpretação de cláusula contratual sobre os benefícios a partilhar, foi proferido acórdão que julgou procedente o pedido condenatório de pagamento pelo Estado do valor de 1,7M€ acrescido de juros vincendos até integral pagamento;
- ❖ **Hospital de Cascais:** No âmbito do processo judicial de impugnação do ato de aplicação de multa praticado pelo parceiro público, com fundamento na falta cometida pela EGEst Cascais 2008 relativamente a informações de recursos humanos, o parceiro público interpôs recurso da sentença que julgou a ação procedente;
- ❖ **Hospital de Loures:** A EGEst intentou ação arbitral com vista a resolver o litígio relacionado com pedido de REF que apresentou (não reconhecido pelo parceiro público), com fundamento nos alegados impactos causados pela pandemia da doença Covid-19, na qual se pede a condenação do Estado no pagamento de compensação no valor de 51,4M€.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP no 3.º trimestre de 2023 ascenderam a 897,5M€, valor inferior em 9% (-94,0M€) face ao período homólogo e 1% abaixo do montante orçamentado (-9,6M€).

Valores em milhares de euros	2023		AC 2022			Orçamento 2023			
	2023	Peso no Total	2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	2023P
Encargos líquidos									
Rodoviário	787 514	88%	850 751	(63 237)	-7%	777 515	9 999	1%	1 062 100
Saúde	95 328	11%	125 201	(29 873)	-24%	112 148	(16 820)	-15%	155 873
Ferrovial	43 655	5%	39 591	4 064	10%	43 626	29	0%	58 174
Aeroportuário	(4 237)	0%	-	(4 237)	n.a.	(291)	(3 946)	1357%	(291)
Portuário	(23 093)	-3%	(22 737)	(356)	-2%	(24 469)	1 376	-6%	(33 090)
Oceanário	(1 636)	0%	(1 246)	(390)	-31%	(1 400)	(236)	17%	(2 100)
TOTAL	897 531	100%	991 560	(94 029)	-9%	907 128	(9 598)	-1%	1 240 666

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2023.

Notas:

(1) Os valores apresentados para o setor Aeroportuário, Portuário e para o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica, o que não corresponde ao resultado aritmético da variação dos valores apresentados (i.e., uma diminuição das receitas é apresentada como um aumento percentual dos encargos líquidos, e vice-versa).

(2) Os valores da coluna Orçamento 2023 correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2023, com exceção do setor Portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

As variações de maior relevo dos encargos líquidos no trimestre em análise, face ao homólogo, são as seguintes:

- **Rodoviário:** O decréscimo nos encargos líquidos (-63,2M€) deve-se ao efeito conjunto entre a diminuição dos encargos brutos (-30,1M€) e o aumento das receitas (+33,1M€). Relativamente aos encargos brutos, o decréscimo deve-se à diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-60,7M€) compensado parcialmente pelo aumento das compensações/REF's (+9,9M€), pelos pagamentos por serviço (+8,7M€) e pela atribuição de um apoio à utilização das vias sujeitas a pagamento de portagem, no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022 de 29 de dezembro, que estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023 (+7,0M€). Em relação às receitas, o seu acréscimo deve-se ao aumento do tráfego médio diário e à atualização tarifária anual; e
- **Saúde:** Diminuição dos encargos (-29,9M€) explicada sobretudo pelo facto de em 2023 não se repetir o pagamento à EGEst Loures decorrente de uma decisão arbitral dos encargos com os tratamentos de doentes com VIH/SIDA (-18,5M€) e não serem devidos os pagamentos contratuais da gestão hospitalar que em 2022 totalizaram 4,6M€. Também a EGEst Braga registou uma redução dos seus encargos face a 2022 (-10,8M€), por se tratarem de pagamentos respeitantes a esse ano, sem repercussão e/ou repetição em 2023. Em sentido contrário, registou-se o aumento (+10,9M€) dos pagamentos contratuais, no âmbito do novo contrato referente à EGEst Cascais 2022 face ao anterior contrato, cujo efeito foi atenuado pela diminuição, em igual período, nos pagamentos relativos a protocolos e medicamentos de dispensa obrigatória (-7,7M€).

No que diz respeito à execução orçamental, o desvio dos encargos líquidos em relação ao previsto (-9,6M€) é principalmente atribuída aos valores executados no setor da saúde, que apresentaram um défice de 16,8M€ em relação ao previsto no orçamento. Este desvio deve-se, especialmente, ao facto de ainda não terem ocorrido os pagamentos de reconciliação à EGEst Loures e à EGEst Cascais, no valor total de 17,0M€, orçamentados para 2023. Este efeito foi parcialmente atenuado pelo setor rodoviário, que apresentou uma execução superior ao orçamentado (+10,0M€), que se deveu em grande parte à compensação atribuída no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022 de 29 de dezembro (+7,0M€).

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 3.º Trimestre 2023*

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos acumulados do setor público com as parcerias da **saúde** ascenderam a 95,3M€ no 3.º trimestre de 2023, valor que representa um decréscimo de 24% (-29,9M€) face ao período homólogo e um desvio de 15% (-16,8M€) face ao orçamentado.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
EGEst	62.828	66%	95.587	(32.758)	-34%	80.169	(17.341)	-22%	101.045
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	60.599	64%	55.983	4.616	8%	61.017	(419)	-1%	81.356
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	105	0%	7.243	(7.138)	-99%	17.096	(16.991)	-99%	17.096
Protocolos/outros ⁽³⁾	2.125	2%	32.361	(30.236)	-93%	2.056	69	3%	2.592
EGEd	32.500	34%	29.614	2.885	10%	31.979	521	2%	54.829
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	28.727	30%	26.050	2.677	10%	28.050	678	2%	37.399
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	3.772	4%	3.564	208	6%	3.929	(157)	-4%	3.929
Outros	-	0%	-	-	n.a.	-	-	n.a.	13.500
Encargos Totais	95.328	100%	125.201	(29.873)	-24%	112.148	(16.820)	-15%	155.873

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:

(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Os pagamentos de reconciliação correspondem, nos termos contratualmente previstos, a pagamentos de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os montantes devidos relativamente a períodos anteriores.

(3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido com a EGEst Cascais 2008, (ii) valores referentes aos pagamentos decorrentes de Medicamentos de dispensa obrigatória em Farmácia Hospitalar, e (iii) Outros.

As principais variações ocorridas face ao período homólogo são:

- **Hospital de Cascais:** Novo contrato referente à gestão clínica (EGEst Cascais 2022) em que o valor mensal foi atualizado, passando a contemplar alguns custos que não estavam incluídos no antigo contrato tais como os referentes à prestação de cuidados específicos adicionais relativos à VIH/SIDA. Consequentemente, os pagamentos contratuais foram superiores ao homólogo em 10,9M€, ainda que este efeito tenha sido atenuado pela diminuição, em igual período, nos pagamentos relativos a protocolos e medicamentos de dispensa obrigatória no valor de 7,7M€; e
- **Hospital Braga:** A EGEst registou uma redução dos seus encargos face a 2022 (-10,8M€), por se terem realizado, nesse ano, certos pagamentos sem repercussão e/ou repetição em 2023, nomeadamente o pagamento: i) de reconciliação de 2019 de 5M€, ii) de acerto relativo a tratamento de doentes estrangeiros de 2,5M€ e iii) respeitante ao Tratamento Doentes Hepatite C, decorrente da decisão arbitral, de 1,6M€; e
- **Hospital de Loures:** Efeito combinado do i) término do contrato com a EGEst em 2022, deixando de ser devidos os pagamentos contratuais da gestão hospitalar que em 2022 totalizaram 4,6M€.; e do ii) pagamento pontual de 18,5M€, em 2022, decorrente da decisão arbitral referente ao Tratamento VIH/SIDA.

Relativamente à execução orçamental, o défice de 15% (-16,8M€) deve-se essencialmente a:

- **Hospital de Cascais¹⁾:** Não ocorrência de pagamentos de reconciliação no 2.º trimestre, no valor de 11,8M€; e
- **Hospital de Braga:** Devolução ao Estado do valor recebido no âmbito da execução (provisória) de uma decisão arbitral, no montante de 1,6M€, aguardando nova decisão sobre este litígio; e
- **Hospital de Loures¹⁾:** Não ocorrência de pagamentos de reconciliação referente essencialmente à atividade de 2021 e a 18 dias de 2022, previstos ocorrer no 1.º semestre de 2023, no valor de 5,2M€, cujos trabalhos de apuramento do montante ainda não se encontram finalizados.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Hospital de Cascais	72.851	76%	70.187	2.665	4%	83.059	(10.207)	-12%	118.495
EGEst	64.151	67%	63.084	1.067	2%	74.444	(10.293)	-14%	95.320
EGEd	8.700	9%	7.102	1.598	23%	8.614	86	1%	23.175
Hospital de Braga	4.469	5%	14.700	(10.231)	-70%	5.997	(1.529)	-25%	7.753
EGEst	(1.649)	-2%	9.149	(10.797)	-118%	-	(1.649)	n.a.	-
EGEd	6.117	6%	5.551	566	10%	5.997	120	2%	7.753
Hospital de Loures	12.682	13%	34.363	(21.681)	-63%	17.858	(5.177)	-29%	21.399
EGEst	326	0%	23.135	(22.808)	-99%	5.725	(5.399)	-94%	5.725
EGEd	12.355	13%	11.228	1.127	10%	12.134	222	2%	15.675
Hospital de Vila Franca de Xira	5.327	6%	5.952	(625)	-11%	5.234	93	2%	8.226
EGEst	-	0%	219	(219)	-100%	-	-	n.a.	-
EGEd	5.327	6%	5.732	(406)	-7%	5.234	93	2%	8.226
TOTAL	95.328	100%	125.201	(29.873)	-24%	112.148	(16.820)	-15%	155.873
EGEst	62.828	66%	95.587	(32.758)	-34%	80.169	(17.341)	-22%	101.045
EGEd	32.500	34%	29.614	2.885	10%	31.979	521	2%	54.829

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 3.º Trimestre 2023*

Setor Portuário

Execução financeira

As receitas acumuladas no 3.º trimestre de 2023 das parcerias **portuárias** ascenderam a 23,1M€, montante 6% abaixo do valor orçamentado (-1,4M€), mas 2% acima do valor registado no período homólogo de 2022 (+0,4M€).

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Porto de Douro e Leixões	17.725	77%	16.922	803	5%	17.635	91	1%	22.647
Terminal de Contentores de Leixões	15.292	66%	14.619	673	5%	15.256	37	0%	19.809
Terminal de Carga a Granel de Leixões	2.433	11%	2.303	130	6%	2.379	54	2%	2.838
Porto de Sines	3.278	14%	3.355	(77)	-2%	4.418	-1.140	-26%	7.221
Terminal de Contentores de Sines XXI	3.278	14%	3.355	(77)	-2%	4.418	-1.140	-26%	7.221
Porto de Lisboa	2.090	9%	2.459	(369)	-15%	2.417	-327	-14%	3.222
Terminal de Contentores de Alcântara	2.090	9%	2.459	(369)	-15%	2.417	-327	-14%	3.222
TOTAL	23.093	100%	22.737	356	2%	24.469	-1.376	-6%	33.090

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2023P.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o setor **ferroviário** ascenderam, no 3.º trimestre, a 43,7M€, valor em linha com o orçamentado, mas superior, em 10%, ao registado no período homólogo (+4,1M€).

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Subconcessão Metro do Porto	37.872	87%	33.873	4.000	12%	37.245	628	2%	49.826
Concessão do MST	5.715	13%	5.722	(7)	0%	6.381	(666)	-10%	8.348
Concessão Eixo Norte/Sul	67	0%	(4)	72	1706%	-	67	n.a.	-
TOTAL	43.655	100%	39.591	4.064	10%	43.626	29	0%	58.174

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pelo Metro do Porto, S.A..

O aumento de 10% deve-se à variação dos encargos com a subconcessão Metro do Porto, que é justificada pelo facto de i) no período em análise ter sido pago, a título de revisão de preços, um montante acumulado de 5,0 M€, enquanto no homólogo de 2022 este valor ascendeu a apenas 1,2M€, e ii) ter ocorrido, no período homólogo de 2022, um recebimento de 1,1M€, no âmbito do Anexo VIII do respetivo contrato, referente à componente de sistemas e de operação, superior ao valor recebido em 2023, que foi de apenas 0,5M€.

Oceanário

Execução financeira

Os pagamentos acumulados realizados pelo **Oceanário** ao parceiro público ascenderam a cerca de 1,6M€ no 3.º trimestre de 2023, representando um valor superior ao orçamentado (+17%) e ao homólogo (+31%).

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Remuneração mensal	1.094	67%	1.038	56	5%	1.050	44	4%	1.400
Componente variável	542	33%	208	333	160%	350	192	55%	700
TOTAL	1.636	100%	1.246	390	31%	1.400	236	17%	2.100

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.

*Esta versão *flash* deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.gov.pt

ANA

Execução financeira

Os pagamentos acumulados realizados pela **ANA** ao parceiro público ascenderam a cerca de 4,2M€ no 3.º trimestre de 2023, relativos à primeira prestação do pagamento a título de partilha de receitas, cuja validação ainda se encontra a ser realizado pelo parceiro público.

Valores em milhares de euros

PPP Aeroportuário	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
ANA	4.237	100%	-	4.237	n.a.	291	3.946	1357%	291
TOTAL	4.237	100%	-	4.237	n.a.	291	3.946	1357%	291

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.